

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA BAHIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA DIFERENCIADA

Givandete Evangelista dos Santos

Secretaria Estadual da Educação da Bahia

gesantos@sec.ba.gov.br

Suzana Maria Silva Martins

Secretaria Estadual da Educação da Bahia

smartins@sec.ba.gov.br

Valuza Maria Saraiva

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Email: valuzasaraiva@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo retratar a trajetória da educação escolar indígena na Bahia na perspectiva de construção de uma prática diferenciada enquanto elemento estruturante da educação com característica específica e diferenciada, intercultural e comunitária, demonstrando seus desafios e avanços. Com este propósito, foram feitas pesquisa documental, observações do contexto escolar, aplicação e análise de questionários junto aos autores deste processo: os professores e comunidade indígena que, através de suas diversas e criativas formas de mobilização, vem garantindo a efetivação do direito na implementação da política educacional para os 14 povos da Bahia.

Palavras-chave: educação; indígena; diferenciada

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, derivando-se daí leis subsequentes que tratam da educação como a LDB, o PNE e outras. No plano administrativo o salto se dá a partir da promulgação do Decreto n. 26/91, que transferiu a responsabilidade pela coordenação das ações de educação escolar indígena no país da FUNAI para o Ministério da Educação, permitindo a construção de uma política pública especificamente voltada para este segmento da sociedade.

Considerando o processo de dizimação populacional sofrido pelos índios, o que pode ser constatado a partir dos estudos apresentados pelo IBGE, que utilizou o método de auto-identificação para chegar aos seus números, hoje sobrevive no Estado Brasileiro cerca de 700 mil índios, ou seja, 4% da população brasileira. Quando da chegada dos portugueses mais de 1.200 línguas indígenas eram faladas, sendo reduzidas à cerca de 180 línguas. Segundo dados cadastrados hoje pela FUNASA, há um registro no país de 374.123 índios, habitando em 3.225 aldeias, pertencentes a 223 etnias e falantes de 180 línguas divididas por 35 grupos lingüísticos.

Essas informações sofrem variações, como por exemplo, o Censo de 2000 que surpreende a todos por apresentar uma população indígena bem maior que a anterior chegando a um crescimento de 150% conforme dados do Instituto Sócio Ambiental - ISA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem-se destacar alguns fatores que contribuíram para ampliação dessa população: contagem de indígenas residentes em cidades; identificação de indígenas que viviam no campo, mas fora dos territórios demarcados e recuperação da identidade étnica dos povos extintos em documentos oficiais (etnogênese ou reetinizacão). O fenômeno conhecido como etnogênese ou reetinizacão se refere ao movimento, que vem ocorrendo desde os anos 80, de reivindicaçãõ da condiçãõ de indígena, recriaçãõ das tradições indígenas por parte daqueles que anteriormente, por pressões políticãs, religiosas; por expulsãõ de suas terras; pelo processo de discriminaçãõ sofrido em razãõ de seus costumes tradicionais, foram afastados, separados de sua essência cultural como estratégia de sobrevivência. Pode-se considerar um movimento pelo efeito positivo que tem causado na elevaçãõ da estima dos indígenas, no orgulho desta identidade étnica, o que vem ampliando consideravelmente a populaçãõ indígena,

Hoje, apesar de todo o processo histórico ter se dado para desconstruir aspectos da cultura, os povos indígenas têm lutado bravamente para construir uma escola que tenha seu jeito de ver e pensar educaçãõ. Este se constitui um desafio, posto que foram submetidos a processos impostos de escolarizaçãõ formal para os quais foram formuladas políticãs para que deixassem de ser índio e formassem sua idéia de escola sempre firmada em princípios diferentes dos seus. Ou seja, os professores indígenas da atualidade construíram sua formaçãõ numa escola “do branco” e agora precisam fazer a “escola do índio”.

Com a Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, o Brasil necessita refazer os caminhos históricos nos seus livros, nas formas de trabalhar e aprofundar conhecimentos sobre as etnias. As instituições educacionais públicas e privadas têm o desafio de criar e recriar novas perspectivas e olhares para os povos indígenas que fizeram e fazem parte dessa grande nação. Então, está feita a provocaçãõ legal e os indígenas precisam construir suas escolas e os não índios necessitam aprender para ensinar o que fez e faz os povos indígenas da atualidade, considerando as ciências, as artes e a filosofia.

O presente artigo pondera sobre os desafios que os povos indígenas têm de construir uma escola que corresponda aos anseios e propósitos dos projetos societários dos diferentes povos, em comunhãõ com o que vem lutando e perseguindo legalmente os militantes, os movimentos sociais, os estudiosos e todos aqueles que “brigam” pela construçãõ de uma escola de direito e de fato diferenciada. Em tempo que também discorre sobre a análise de dados dos resultados de uma pesquisa que demonstra quãõ leigas ainda sãõ as escolas dos não índios ao tratar sobre os indígenas e suas heranças ancestrais. Ao fazer uma análise sobre os preconceitos sofridos pelos indígenas, conclui propondo formas de reverter o quadro atual. Pois, ancorados no sentimento de pertencimento étnico, nas suas formas particulares de ser e se expressar no mundo, estão conseguindo resistir e avançar no sentido da preservaçãõ de suas identidades,

ampliação de suas populações, reconstrução de seus modos particulares de vida, firmando-se enquanto coletividades diferenciadas e exigindo a garantia do direito aos seus processos próprios de aprendizagem.

EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: algumas particularidades

Para falar de indígenas na sua relação com a educação é importante compreender sobre educação e educação escolar indígena, como assim as distinguem. Os índios consideram

- **educação** os atos familiares e comunitários de ensinar o que deve ser básico para suas vidas, considerando os aspectos: do corpo físico e suas etapas de vida; da relação com a natureza, o meio ambiente e com as pessoas; do respeito e reverência ao sagrado; dos costumes para o provimento e uso dos alimentos; das formas de utilização das plantas e ervas medicinais do seu território, dentre outros.
- **educação escolar indígena** o que cabe à unidade escolar formal, que obedece a uma base nacional comum no desenvolvimento dos seus conteúdos, mas que também deve considerar a dinâmica que dizem respeito às formas de assegurar a cultura e toda a complexidade dos diferentes povos indígenas. Ou seja, deve ter um currículo próprio, com “a cara dos povos indígenas”.

Pensar EDUCAÇÃO remete à escola. No entanto, pensar a escola nos faz lembrar que esta é fruto de idéias, pensamentos, lógicas e propósitos que têm marcas e heranças européias. Se pararmos para refletir, veremos que a nossa escola não é indígena nem africana, pois se assim o fosse teria outro tipo de organização. Com isso, os povos indígenas da contemporaneidade têm alguns desafios: construir sua própria escola, seu currículo, suas práticas e seus resultados, efetivando a garantia do direito a uma educação de qualidade, específica e diferenciada; consolidar a transição entre uma escola posta para eles na visão externa e a nova escola pensada e construída a partir da visão indígena, favorecendo assim, a valorização dos modos de vida próprios e a manutenção de suas culturas e tradições e o aproveitamento sábio dos territórios tradicionais em consonância com seus projetos societários.

O processo educativo vivenciado pelos povos indígenas está resultando num modelo de educação exigida por essas populações: uma educação com as devidas especificidades, alicerçada nas tradições culturais dos povos e na luta organizada do movimento indígena em todo o país. O currículo da Educação Indígena leva em conta os princípios da interculturalidade, da especificidade, da diferença, do bilingüismo, reforçando os laços comunitários, o sentimento de pertencimento étnico e a valorização dos saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas. Esses princípios são referências para todas as etapas, níveis e modalidades da educação básica. Assim, as políticas educacionais voltadas para os povos indígenas devem ser construídas no diálogo levando-se em conta as especificidades socioculturais de cada povo indígena e seus projetos societários.

Como marco desta mudança constata-se a política do MEC, através da SECAD, em parceria com os sistemas de ensino, organizações da sociedade civil e organizações indígenas que vem empreendendo esforços para a incorporação pelos sistemas de ensino de diretrizes e orientações curriculares específicas para a educação escolar indígena.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA BAHIA: lutas e persistências

Na Bahia, em 22 municípios e organizados em 99 aldeias, se encontram 14 etnias que são: Atikum, Funiô e Kariri Xocó, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Kiriri Barra, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá, Tuxá, Tumbalalá e Xucuru-Kariri – e há outras que se encontram em processo de reconhecimento. São 57 as escolas indígenas no Estado da Bahia que atendem mais de 6 mil estudantes. Neste Estado, a Secretaria da Educação através da política “A Escola de Todos Nós”, vem priorizando o investimento na formação inicial e continuada de professores indígenas no sentido de subsidiá-los na construção e fortalecimento desse novo paradigma.

Com isso, tenta aproximar a prática pedagógica do professor dessa concepção de educação com característica multireferencial, assumindo o compromisso de melhorar a qualidade de educação oferecida aos povos indígenas da Bahia. Isto significa o direito das crianças, jovens e adultos indígenas cursarem os diversos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas, equipadas e serem orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento.

Como resultado da sua pesquisa de doutorado Marcelo Paixão, economista e coordenador do Observatório Afro-Brasileiro, realizou uma pesquisa inédita no Brasil e esta mostra que, isoladamente,

“o IDH dos indígenas é o mais baixo de todos os grupos de raça/cor no Brasil, posicionando-os no mesmo ranking internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na 110ª e 111ª colocação (mesmo nível da Indonésia e da Guiné Equatorial)” (PAIXÃO, 2005, p.468).

Ainda para reafirmar que etnia “grita” em se tratando de desigualdade, Paixão (2005) informa que os índios apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,683. Para o Brasil, o índice fica em 0,790, o que coloca o país na 62ª posição do ranking. Já os de cor amarela, isoladamente, apresentam IDH de 0,937, quase equiparado ao do Japão, um país que tem uma das melhores colocações na qualidade de vida que oferece ao seu povo e um dos melhores IDH do mundo. Ou seja, não é ser brasileiro que se tem boa qualidade de vida, mas a depender da cor da pele o painel numérico do social é bem diferente.

Na Bahia, os povos indígenas contam com a precariedade em muitas das suas escolas indígenas, criadas na maioria das vezes por iniciativa da comunidade para atender demandas emergenciais. Esses, espoliados e expulsos dos seus territórios originários passam por um processo de reconquista, retomada e ampliação dos seus territórios tradicionais. Existe, portanto, uma mobilidade dessas populações nos territórios constituindo-se numa dinâmica muito própria

de cada povo, demandando ações emergenciais muitas vezes em descompasso com a capacidade operacional do poder público. Neste sentido surgem as escolas nucleadas, anexas às já existentes, mas que passam por vários problemas, que são ausência de infraestrutura, funcionamento em espaços improvisados, difícil acesso até para alocação de professor, condições precárias para o desenvolvimento da ação educativa.

O exercício docente assumido por profissionais indígenas oriundos da própria comunidade/etnia é outra luta constante das populações indígenas, que esbarrava na ausência de uma legislação que contemplasse a organização da vida funcional desses profissionais. Com a recém criada lei 12.046/2011 que cria a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia essa situação tende a se equilibrar, com as condições legais para realização do concurso público específico para regulamentação da vida funcional dos profissionais que atuam nas escolas indígenas.

No âmbito da organização pedagógica as iniciativas têm sido no esforço de construir o projeto pedagógico a partir dos processos de formação tanto inicial como continuada dos professores, exercitando a revisão, a reescrita dos seus projetos políticos pedagógicos a partir da reflexão que vão desenvolvendo. As escolas indígenas devido a sua característica comunitária desenvolvem todo o trabalho com a participação da comunidade. A reflexão sobre o projeto político pedagógico ocorre em vários momentos na escola e em reuniões específicas, o que vai dando um caráter comunitário e bastante participativo a ação educativa desses povos.

Outra ação importante tem sido a publicação de materiais didáticos construídos nos momentos de formação desses professores, tendo como referência a prática pedagógica das diversas escolas indígenas, respeitando e valorizando o potencial artístico e literário dos professores. Tem como objetivo o fortalecimento da cultura dos povos, elemento fundamental na construção de um projeto de escola indígena diferenciada, específica, comunitária, que contemple a interculturalidade e a diversidade. Refletindo o saber e a prática educativa dos professores, os livros, escritos na Língua Portuguesa, abrangem as áreas de Língua, História, Geografia e Artes. Alguns livros são acompanhados de material de orientação pedagógica, elaborados pelos próprios professores indígenas, organizados por especialistas.

Estes materiais cumprem funções importantes como: possibilitar aos alunos o acesso a material específico concernente a sua cultura, fortalecer a reafirmação cultural; fornecer subsídio imprescindível ao professor na organização pedagógica do processo ensino aprendizagem; reunir elementos básicos para fortalecimento, valorização e divulgação da cultura dos povos; e dar visibilidade à competência dos professores, atores e autores do processo educativo.

Enquanto política pública atual, o Ministério da Educação – MEC, a partir da recomendação do Conselho Nacional de Educação, atendendo às reivindicações do Movimento Indígena adota a execução dos programas de formação, na perspectiva de respeito a diversidade e especificidades dos povos indígenas.

Nessa perspectiva a Bahia, além dos programas de formação continuada de professores indígenas, investe na formação inicial, Magistério Intercultural e Licenciaturas atendendo a

demanda apresentada. Neste sentido oferece o Curso de Magistério Indígena, nível médio, titulando 115 professores para atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e contempla 158 professores nos Cursos de Licenciatura Intercultural com enfoque intercultural, para lecionar e atuar em Escolas Indígenas nas três áreas do conhecimento: Linguagem, Literatura e Artes; Ciências Humanas, Ciências Exatas e Biológicas.

O QUE DIZEM PROFESSORES INDÍGENAS E ESTUDANTES NÃO ÍNDIOS

Numa pesquisa realizada com professores do Magistério Indígena, responderam coletivamente, numa turma representada pelas etnias Tupinambá e Pataxó Hã Hã Hãe, questões que expressassem o que sentiam e percebiam quanto às formas de preconceito. Foi aplicado um questionário com questões abertas onde registraram suas opiniões.

Iniciaram registrando e falando sobre a discriminação: todos afirmaram ter passado por momentos de sérios preconceitos na relação com não índios. Foram indagados sobre *quais as formas de preconceito que enfrentaram ou enfrentam* e responderam: “exigência da cor da pele”, “cabelos lisos”, “olhos puxados”, “andar nu”; “dizem que não temos cultura”, “somos preguiçosos”, “desqualificados” e, “se não falamos nossa língua, somos índios falsos”.

Na Bahia, os povos indígenas são fruto da mistura de raças resultante dos anos de contato com os não indígenas. As características físicas desses povos nem sempre correspondem à imagem “congelada” dos indígenas, como os da Amazônia, que se estabeleceu no imaginário popular. Isso rende muitas dores quando se declaram indígenas fora das aldeias. Esse imaginário coletivo foi firmado desde o tempo do Brasil Colônia, passando pelo Império e se perpetuando na República até os dias de hoje. Deriva do desconhecimento que há sobre a formação dos povos desse estado e dos seus modos de vida, por apresentarem diferenças que divergiam com as dos povos da Europa, bem como por não se enquadrarem nos propósitos existentes no projeto “civilizatório” dos colonizadores. Aos índios era atribuída a imagem de selvagens, que poderiam ser domesticados pela Igreja, ou pior ainda, eram vistos como seres inferiores que deveriam ser escravizados ou mortos. Essa visão está materializada até hoje em nossa sociedade, pois continuam sendo vistos por muitos, de forma estigmatizadas em função de seus costumes tradicionais; sem civilização, aculturados, preguiçosos, traiçoeiros... ou então, numa visão mais romântica ou talvez ingênua, como protetor do meio-ambiente, símbolo de pureza e/ou personagens lendários da literatura, como afirma LUCIANO (2006). Sendo assim, por um lado, na Bahia não temos tantos indígenas que correspondam aos traços físicos imaginados, perecidos com os da Amazônia, nem tão pouco com traços europeus: são frutos da tão decantada e pouco aceita, mistura das raças.

Num encontro com jovens do município de Ibotirama, interior da Bahia que tem nos seus arredores os povos Kiriri do Muquém do São Francisco e Tuxá – 32 estudantes de 5ª ao 3º. ano do ensino médio, responderam sobre *o que conhecem sobre os índios da Bahia* e registraram (em ordem de que mais apontaram do maior para o menor): um pouco da cultura, arte, maneira de vestir e hábitos; povos que guardam a cultura dos antepassados; nada; cultura

dos mitos e lendas; que foram os primeiros habitantes do Brasil. Numa conversa com os jovens sobre o que tinham escrito no papel, não veio nada de novo. Por exemplo, quando questionados sobre quais mitos conheciam, quias os aspectos da cultura podiam apontar, o que guardavam dos ancestrais, diziam: “sei que existem, mas num sei contar”; sei que eles fazem rituais, que respeitam os mais velhos e que usam plantas para curar”. A visão sobre os indígenas continua ainda bem engessada e estagnada, como se o tempo histórico não se modificasse, para todos os povos, ao longo dos anos. As respostas aqui demonstram quão insipiente é o trato que a escola dá aos indígenas da atualidade e, principalmente, dos seus arredores, da sua localidade.

UMA LUZ NO MEIO DO TÚNEL: indígenas e as novas conquistas

Com vistas ao fortalecimento da sua auto-estima e identidade étnica, a garantia de seus direitos pela posse da terra, ao acesso e permanência a uma educação de qualidade, específica e diferenciada, ao direito a saúde, ao trabalho dentre outras reivindicações, demandadas pelos povos indígenas, surge, na década de 70, o movimento indígena. Este vem ganhando voz e força no decorrer desses anos, constituindo-se num processo de organização e luta desses povos. Assim, começam a estabelecer alianças com as organizações indígenas, passo importante para redefinição dos indígenas no Brasil numa perspectiva interétnica.

Firmando ainda mais sua identidade, adotam a categoria de “parente” (utilização intra e interétnicas) para agregar os diversos povos em torno de interesses comuns na busca da autonomia nos seus processos e pela luta dos seus direitos, superando o termo “índio” imposto pelos colonizadores, marcando novas formas de relações sociais, políticas e econômicas.

Nas últimas décadas, observamos no Brasil e na Bahia, por parte dos povos indígenas uma crescente busca, por uma educação que possa garantir a sustentabilidade de suas aldeias e a manutenção de suas culturas. Podemos exemplificar algumas experiências que apontam para superação desses desafios: o fortalecimento e a atuação dos Fóruns de Educação, Conselhos Indígenas para a discussão e tomada de decisões coletivas; a ampliação de escolas em área indígena; a criação da categoria Professor Indígena no quadro do Magistério Público do Estado, a crescente demanda para o ensino superior e profissionalizante, a ampliação do ensino médio em escolas indígenas. Este último por sua vez, sendo o foco para implementar uma educação que contemple os anseios das comunidades indígenas no sentido de garantir a sustentabilidade territorial indígena.

No bojo da contemporaneidade, identificamos a emergência de respostas criativas formuladas pelos professores indígenas traduzidas em alternativas para uma educação sustentável, tendo por base a interculturalidade e o modo próprio de ensino – aprendizagem. É a partir dos questionamentos, inquietações e reivindicações dos indígenas do Brasil que surge a idéia de uma Educação Intercultural Específica, estando os índios da Bahia inseridos nesse contexto, intensificando a mudança de paradigmas neste campo.

O cacique Lázaro Kiriri afirma “queremos uma escola onde o índio seja doutor sem deixar de ser índio”. Com isso, define a essência da Educação Escolar Indígena, nascida a partir

da luta dos povos indígenas para assegurar uma educação específica, diferenciada, intercultural e comunitária aos povos. Uma educação que garanta autonomia das escolas e a participação plena de cada comunidade nas decisões relativas ao seu funcionamento.

Destarte, os povos indígenas, sobreviventes deste processo de colonização cruel, estão hoje em franca recuperação do orgulho e da auto-estima, o que implica também em refletir essa trajetória: suas lutas, conquistas, interesses, desafios, possibilidades. Assim sendo exige-se uma discussão mais ampla que perpassa prioritariamente, pelo entendimento de que essas populações, expulsas dos seus territórios, passam por um processo constante de retomada dos seus espaços, reafirmação de suas culturas, línguas e modos próprios de ser e estar no mundo. Esta sociodiversidade na qual se constitui hoje a questão indígena nos apresenta um mosaico cultural rico e bem explícito: cada povo indígena compõe uma sociedade, uma civilização; se organiza a partir de contextos e princípios culturais, sociais, econômicos e religiosos próprios, específicos, fundados nas tradições que são a essência de cada povo.

CONCLUSÃO

É premissa conhecer as heranças do racismo, da indiferença e da exclusão deixadas em nós (não índios e indígenas). Isso precisa ser superado pela sociedade civil brasileira no sentido de vencer o preconceito e a enorme desigualdade social instalados no país. Somos um país rico de muitas misérias que resultam nos Índices de Desenvolvimento Humano e Infantil que não se equiparam às suas riquezas. E nesse bojo de dificuldades estão os povos indígenas com infância comprometida, muitos jovens envolvidos com drogas chamadas lícitas ou até ilícitas, comunidades com infra-estrutura precária quanto a saneamento que é dito básico, índices educacionais que deixam a desejar diante a necessidade de corresponder à base nacional comum, dentre outros aspectos impeditivos de desenvolver uma vida com longevidade e de forma saudável nos vários cantos e recantos que “servem” aos povos indígenas da República Federativa do Brasil.

Necessário se faz conhecer os povos indígenas para ser possível reconhecer o que as comunidades oferecem e fazer nascer no povo baiano o sentimento de pertença aos jeitos, trejeitos, falares, gingados, inteligência, sagacidade e capacidade criativa dos povos indígenas que pisaram e pisam esse solo. Da riqueza à escassez, da força dos rituais à quebra pelo massacre, das danças às formas variadas de discriminação, da capacidade científica de provar, provocar e saborear à incapacidade humana de muitos em aceitar suas formas de vida... é assim que ainda vive, sobrevive, luta e faz educação os povos indígenas da Bahia.

Este artigo é uma tentativa de partilhar idéias, vivências pontos de vista, reflexões, anseios e esperanças que esperamos possam contribuir com outras reflexões, atitudes críticas e diálogos produtivos a respeito do processo educacional dos povos indígenas e às suas estratégias de luta, ampliando e consolidando suas conquistas.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA. Povos Indígenas e Governo da Bahia - **Plano de Trabalho Operativo 2010**

BRASIL. **As Leis e a Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação. Brasília, 2005.

_____. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**: República Federativa do Brasil. Senado Federal. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Coleção Educação para Todos**. Série Via dos Saberes. Ministério da Educação. Brasília 2006.

_____. **Coleção Educação para Todos**. Série Via dos Saberes No. 2. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília, MEC/ SECAD, 2006.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei No. 11.645** de 10 de março de 2008.

Fundação Getulio Vargas. Material disponível no ambiente moodle da disciplina Situação atual dos povos indígenas no Brasil e seu contexto - Módulos I, II e III.

GRUPIONI, Luis Benzi Donisete. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS**. Brasília, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Projeto é como branco trabalha – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro**. Dissertação de mestrado em antropologia social – Universidade de Brasília, abril de 2006.

_____, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

_____, Gersem dos Santos. Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 33, p. 35-49, jan./jun. 2010 49

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **Crítica da Razão Culturalista**: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil. 2005. 429 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO: **Regimento Interno**. Salvador, Bahia, 2004.

_____. **Educação Escolar Indígena na Bahia: o diálogo como princípio na construção da política pública**. Salvador, 2009.

LIMA, Antonio Carlos de Souza - **A invenção do Brasil**: os povos indígenas na invenção do Brasil na luta pela construção do respeito à pluralidade

SARAIVA, Valuza Maria. **O ESTADO E A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA BAHIA**: possíveis caminhos – Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v 19, nº 1 p. 243 – 250, abri/jun 2009